

Geopolíticas de conservação e desenvolvimento na Amazônia Ocidental – a cidade de Manaus.

ARTUR SGAMBATTI MONTEIRO¹



A REGIÃO METROPOLITANA de Manaus (RMM) foi inicialmente criada pela LC 52/2007 e constitui hoje, com seus mais de 2,5 milhões de habitantes e mais 127 mil km², a maior Região Metropolitana do país em área e a capital que mais cresce em ritmo mais acelerado. Apresenta mais de 10% de sua área coberta por rios e áreas alagadas, menos de 0,35% de área urbanizada e mais de 92% de área florestada. Logo, pensar o planejamento territorial de região tão vasta, com cobertura florestal e dinâmicas tradicionais expressivas, é fundamental por alguns motivos, sendo alguns deles: 1) sua importância na articulação de redes de produção e de conexão regionais; 2) sua centralidade em discussões sobre soberania nacional; 3) sua localização estratégica para a integração sul-americana e; 4) seu papel de vanguarda na proteção da biodiversidade e dos recursos naturais amazônicos. Tais fatos colocam Manaus e região em um contexto único sobre possibilidades de ação sobre formas de ocupação que permitam uma real integração com a abundante biodiversidade circundante, assim

como possibilitem um desenvolvimento inovador e emancipatório em relação a sua população.

Dentro do contexto amazônico é importante ressaltar que o principal impulsionador do desmatamento no interior do atual limite do arco do desmatamento não está associado à expansão da fronteira agrícola nem da extração ilegal de madeira, mas sim aos processos da expansão urbana de Manaus. Vale ressaltar ainda que tal pressão se dá, majoritariamente, por pressões relativas ao uso de recursos relativos à construção civil e, principalmente, área de ocupações irregulares, loteamentos e projetos de assentamento.

Tendo em vista, inicialmente, trabalhos que visassem a diminuição do impacto da expansão urbana de Manaus a Fundação Vitória Amazônica (FVA) criou, em 2014, o Observatório da Região Metropolitana de Manaus (ORMM) como uma rede horizontal e interinstitucional entre pesquisadores, lideranças e atores sociais comprometidos com a geração de conhecimento técnico científico sobre

os principais temas pertinentes à RMM. Fazem parte fundamental dos trabalhos do ORMM laboratórios e centros de pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), as Comissões de Meio Ambiente da Câmara Municipal de Manaus e da Assembleia do Estado do Amazonas, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã Açu (CBHTA) e outras instituições.

Desde seu início o ORMM vem trabalhando como uma ponte, um elo de discussão técnica e orientação política para temas caros ao desenvolvimento da região. Exemplos disso são:

1. SUA ATUAÇÃO PARA O fortalecimento da Gestão de Recursos Hídricos (GRH) do Estado do Amazonas com a realização de seminário sobre GRH no Amazonas, redação de carta de recomendações, posterior participação no Fórum Mundial da Água e consequente admissão na diretoria do CBHTA, único Comitê de Bacia do estado e peça chave na discussão territorial.

2. LEVANTAMENTO DA TRANSPARÊNCIA de informação por parte dos governos estadual e municipais da RMM. Aquise avalia, em nível inicial, o a disponibilização básica de informações, como balanços, sítios eletrônicos e planos estruturantes (diretor, de saneamento, de mobilidade, etc).

3. O IMPACTO DE MANAUS é medido não apenas pelo crescimento das sedes municipais da cidade, evolução do número focos de calor e do desmatamento, como também da abertura de ramais e vulnerabilidade à riscos socioambientais e mudanças climáticas.

4. AO FAZER PARTE do Grupo de Assessoramento Técnico do Plano Nacional para Conservação do sauí-de-coleira, o ORMM influi diretamente sobre a proteção dessa espécie cuja área de ocorrência está praticamente limitada à área urbana de Manaus.

5. INTENÇÕES DE TRABALHOS junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento da RMM (SRMM) para viabilizar a construção conjunta do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) da RMM